Autor: Poder Executivo

Dispõe sobre o Programa de Desenvolvimento Regional de Mato Grosso – MT REGIONAL.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Esta lei dispõe sobre o Programa de Desenvolvimento Regional de Mato Grosso – MT REGIONAL.

Art. 2º O MT REGIONAL fica vinculado à Casa Civil do Estado de Mato Grosso.

Parágrafo único. O Programa MT REGIONAL dependendo das circunstâncias, necessidades e interesses do Poder Executivo, poderá se vincular a qualquer outra Secretaria de Estado do Governo de Mato Grosso.

Art. 3º O MT REGIONAL tem o objetivo de contribuir para a diminuição das desigualdades regionais, desenvolvendo as potencialidades locais, ampliando a participação no mercado dos micros, pequenos e médios empreendimentos urbanos e rurais e a capacidade de geração de emprego e renda nas comunidades locais.

Art. 4º A função principal do MT REGIONAL é de planejar e integrar Ações de Governo, cabendo as Secretarias e Órgãos finalísticos executarem e operacionalizarem de forma integrada essas ações.

Art. 5º Compete ao Programa MT REGIONAL:

- I – organizar um Programa único de Estado para o desenvolvimento regional;
- II – estimular o desenvolvimento regional, considerando as aptidões de cada região, com vistas à redução das desigualdades econômicas e sociais;
- III – ir ao encontro das demandas levantadas pelos Consórcios Intermunicipais;
- IV – buscar ações integradas entre as diversas Secretarias e entidades de governo, bem como com outras entidades públicas e privadas em qualquer instância;
- V – apoio à organização local (consórcios intermunicipais) para a descentralização da execução das ações.

Art. 6º Ficam criados os seguintes cargos de provimento em comissão para o Programa de Desenvolvimento Regional de Mato Grosso – MT REGIONAL:

- I – 01 (um) cargo de Chefe de Gabinete, Nível DGA-4;
- II – 03 (três) cargos de Gerente I, Nível DGA-7;
- III – 01 (um) cargo de Assistente Técnico II, Nível DGA-9;
- IV – 01 (um) cargo de Assessor Especial I, Nível DGA-2;
- V – 16 (dezesseis) cargos de Superintendente, Nível DGA-4;
- VI – 15 (quinze) cargos de Gerente Regional I, Nível DGA-7;
- VII – 15 (quinze) cargos de Assistente Técnico II, Nível DGA-9;
- VIII – 01 (um) cargo de Assessor Técnico II, Nível DGA-5;
- IX – 01 (um) cargo de Coordenador, Nível DGA-6;
- X – 20 (vinte) cargos de Assessor Especial III, Nível DGA-5.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.